



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 255/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1692/2014 (02 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria Executiva Adjunta da SEJUS.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsáveis:** Srs. José Bernardo Encarnação Neto (01/01 à 06/03) e Antônio Ferreira do Norte Filho (07/03 à 31/12), Secretários Executivos da Secretaria Executiva Adjunta de Justiça e Direitos Humanos.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 15/2015 (fls.353/366).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 315/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 374/380)

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Secretaria Executiva Adjunta - SEJUS. Exercício 2013.

*Contas Regulares do Sr. José Bernardo da Encarnação Neto. Contas Irregulares do Sr. Antônio Ferreira do Norte Filho. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Determinação à SEJUS. Recomendação ao Governo do Estado do Amazonas.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Regulares** as contas da Secretaria Executiva Adjunta da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS – UG 21107, exercício 2013, sob responsabilidade do ordenador **José Bernardo da Encarnação Neto**, na condição de Secretário-Executivo e ordenador de despesa referente ao período de 01/01/2013 à 06/03/2013, nos termos do Art. 22, inc. I, e Art. 23 da Lei Estadual n. 2423/96;

**9.2- Julgar Irregulares** as contas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS – UG 21107, exercício 2013, sob responsabilidade do Senhor **Antônio Ferreira Do Norte Filho**, na condição de Secretário-Executivo e ordenador de despesas no período de 07/03/2013 à 31/12/2013, nos termos do Art. 22, inc. III, alínea b, e Art. 25 da Lei Estadual n. 2.423/96;

**9.3- Aplicar multa** ao Senhor **Antônio Ferreira do Norte Filho**, Secretário Executivo da SEXAD, no importe de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro no art. 54, II da Lei n. 2423/96 c/c Art. 308, V, da Resolução n. 04/02, por ato de gestão ilegítimo que resultou em injustificado dano ao erário, devido à restrição subsistente no item 1 do Relatório/Voto.



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 255/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.4- Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o responsável supra, recolha o valor da multa, que lhe fora aplicada, aos cofres públicos (art. 72, III, c, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.5- Autorizar**, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308 da Resolução n. 04/2002- TCE;

**9.6- Determinar** que a Secretaria Executiva Adjunta da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS – UG 21107, reitere o pedido de cancelamento dos empenhos referentes aos exercício de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, e acompanhe junto a SEFAZ a situação dos mesmos;

**9.7- Recomendar** que o Governo do Estado do Amazonas obtenha da Controladoria Geral do Estado um plano para sua reorganização e adequação às necessidades de exercício do controle interno constitucional das unidades do Poder Executivo, de modo que um arcabouço normativo adequado e os meios administrativos necessários sejam providos para este fim.

**10- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 29 de abril de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral